





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

Análise do Portal da Transparência do Município de Campo Azul

Montes Claros (MG)
2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Campo Azul

1. Sumário Executivo

A análise da disponibilidade de informações no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Campo Azul mostra um cenário de transparência parcial, com divulgação adequada de informações em alguns grupos e lacunas significativas em áreas estratégicas. As informações sobre receitas previstas e realizadas, classificação orçamentária, despesas detalhadas, transferências recebidas e realizadas, servidores, diárias, licitações e contratos apresentam divulgação satisfatória, permitindo acompanhamento básico das operações financeiras e administrativas do município.

No entanto, existem deficiências importantes em relação à dívida ativa, acordos sem recursos financeiros, estagiários, terceirizados, concursos, diárias fora do Estado, documentos de licitação, íntegra de contratos, fiscalização, obras, planejamento estratégico e alguns aspectos de acessibilidade. Essas lacunas dificultam a fiscalização completa e limitam a análise detalhada da execução orçamentária e do planejamento de políticas públicas de médio e longo prazo.

O portal apresenta recursos de acessibilidade como exibição do caminho percorrido, alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site, mas não possui símbolo de acessibilidade em destaque, representando uma oportunidade de melhoria na experiência de navegação inclusiva.

2. Análise Detalhada por Grupo

Grupo	Itens Avaliados	Disponíveis	Percentual de Disponibilidade
Receita	3	2	67%
Despesa	2	2	100%
Convênios e Transferências	3	2	67%
Recursos Humanos	5	2	40%
Diárias	2	1	50%
Licitações	7	2	29%
Contratos	4	1	25%
Obras	4	0	0%
Prestação de Contas	6	2	33%
Planejamento	4	0	0%
Acessibilidade	5	4	80%

3. Considerações Finais

O Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Campo Azul apresenta avanços na divulgação de informações sobre receitas, despesas, transferências, servidores, diárias, licitações e contratos, permitindo um acompanhamento parcial das operações do município. Esses dados refletem esforços iniciais de transparência, mas ainda existem lacunas relevantes em áreas estratégicas e de

controle, como dívida ativa, acordos sem recursos financeiros, estagiários, terceirizados, concursos, diárias fora do Estado, documentos de licitação, íntegra de contratos, fiscalização, obras e planejamento estratégico.

A falta de informações completas limita a fiscalização, dificulta a análise detalhada da execução orçamentária e reduz a percepção de confiabilidade junto à sociedade. Apesar disso, a presença de alguns recursos de acessibilidade indica preocupação com a inclusão digital, mas a ausência de símbolo de acessibilidade reforça a necessidade de melhorias nesse aspecto.

4. Recomendações

Para aprimorar a transparência institucional e fortalecer a confiança pública, a Prefeitura deve priorizar a divulgação completa da dívida ativa, garantindo que os cidadãos tenham acesso aos nomes dos inscritos e aos valores devidos. É importante disponibilizar informações sobre acordos sem recursos financeiros, estagiários, terceirizados e editais de concursos, permitindo uma visão mais completa da gestão de pessoas e das políticas públicas.

A divulgação completa de documentos licitatórios, incluindo editais, demais fases de processos, Atas de Adesão e plano de contratações anual, é essencial para permitir auditoria detalhada e acompanhamento das execuções contratuais. A disponibilização da íntegra dos contratos e da lista de fiscais, bem como informações sobre obras, status, etapas e quantitativos executados, contribuirá para o controle social e accountability.

Por fim, recomenda-se disponibilizar o planejamento estratégico, incluindo objetivos institucionais, PPA, LDO e LOA, e reforçar os recursos de acessibilidade no portal, incluindo o símbolo de acessibilidade, garantindo que todas as informações estejam acessíveis a todos os usuários e fortalecendo a transparência digital.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br